

Sarney quer divisão do ônus

Ao presidir ontem a reunião do CSN (Conselho de Segurança Nacional) que formalizou o fim da moratória da dívida externa brasileira, o presidente José Sarney sustentou que não é justo nem aceitável que a estabilidade do sistema internacional e o crescimento da economia mundial permaneçam quase que exclusivamente a cargo dos países devedores.

Durante os 25 primeiros minutos da reunião, Sarney reafirmou a seus ministros e à cúpula governamental que "tanto o Brasil como os demais países latino-americanos que suportam o ônus principal do problema da dívida não podem permanecer indefinidamente na condição de exportadores líquidos de capital":

"Não propiciamos jamais a formação de um cartel de devedores. Abstivemo-nos de qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como conducente a tal objetivo. Cremos, pois, dispor de autoridade para reivindicar que nossos parceiros credores tampouco atuem como um cartel. A dívida afeta igualmente a todos: a credores e a devedores", afirmou.

Conclusão — Após elogiar a atuação do ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na negociação da dívida com os bancos credores, o presidente garantiu que os compromissos assumidos pelo Brasil "serão fielmente honrados".

A moratória havia sido decretada em fevereiro de 1987 pelo CSN. Como anunciou o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, o país fecha hoje,

com os bancos credores, em Nova Iorque, o acordo de renegociação da dívida, concluindo as três primeiras fases da estratégia de normalização da situação brasileira na comunidade financeira internacional traçadas em fevereiro deste ano.

O fim da moratória, que na prática já havia ocorrido no final do ano passado, foi acompanhado pela anulação da Resolução 1.263, que centralizou o câmbio, no país, em depósitos no Banco Central.

Segundo o ministro, o governo brasileiro vai pagar, este ano, de US\$ 9 bilhões a US\$ 9,5 bilhões de juros da dívida externa. O acordo que será firmado hoje envolve a contratação de US\$ 5,2 bilhões, dos quais US\$ 1,8 bilhão poderão ser convertidos em investimentos diretamente, sem passar por leilão. O primeiro desembolso, até final de outubro, será de aproximadamente US\$ 4 bilhões. O valor das parcelas, no entanto, vai depender de um acordo com o Banco Mundial, que manifestou preocupação com a transferência do programa nuclear para a esfera de competência da Eletrobrás. Mailson afirmou que esta mudança não vai alterar a posição do Bird.

A quarta fase da estratégia de renegociação da dívida será aberta hoje. O objetivo é reduzir o estoque da dívida, mediante a conversão, e outros instrumentos de mercado, e também a obtenção de recursos novos. Para conseguir o dinheiro novo, informou Mailson, o governo confia na colocação de bônus.